



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 16

15.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de fevereiro de 2012

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Chambel Tomé (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, José Cavalheiro (em substituição de Miguel André Telo de Arriaga, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Mourato Capote, Gonçalo Chambel (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, João Graça Pina (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Afonso, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lação Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Vera Damião (em substituição de Francisco José Meira Martins da Silva, nos termos do artigo 38.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção) e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, altura em que foi efetuada a chamada. Seguidamente, deu conhecimento dos vários pedidos de substituição dos Membros que não puderam estar presentes naquela sessão. Colocou ainda à consideração o facto de existirem três pontos, fora da ordem de trabalhos e que a Mesa aceitou, para serem discutidos e votados no final daquela sessão, sendo um deles para conhecimento: -----
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Portalegre; Conselho Municipal de Cultura de Portalegre e o Projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água a Portalegre.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, incluir os três pontos supra citados. -----

Intervenção do Público

Não houve qualquer intervenção por parte do público. -----

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse pretender refletir em conjunto uma preocupação que já não era recente, a qual tinha sido abordada de uma forma pouca compreendida por alguns membros daquela Assembleia relativamente à Comissão constituída para acompanhamento das relações entre o Município e a Fundação Robinson, que nunca funcionou e que também nunca foi votada a sua dissolução. Uma vez que a mesma não funcionou de forma constante e, tendo em conta que na primeira reunião foram requeridos alguns documentos e alguma informação por parte dos membros daquela Comissão, o Grupo Municipal do PS requereu a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária para dia 26 de Março próximo e cujo único ponto seria a discussão das relações entre o Município e a Fundação Robinson. Acrescentou que, além dos documentos já requeridos pelos Membros da Comissão, requeriam ainda que a sua disponibilização fosse feita a todos os membros da Assembleia Municipal. Aquele requerimento era feito nos termos do Regimento e, portanto, solicitavam o agendamento de uma sessão extraordinária.-----

O Presidente da Mesa lembrou que atualmente estava a decorrer o censo às Fundações e que foram entregues no início do mês os elementos solicitados.

Usando da palavra, a secretária da Mesa, Alexandra Barata, como funcionária da Fundação Robinson e com as responsabilidades que tinha na própria, informou os presentes que esteve a decorrer um censo, o qual já tinha terminado a 24 de janeiro mas que foi prorrogado porque alguns dos Municípios não responderam a algumas das questões colocadas. Ao mesmo tempo estava em discussão, em Assembleia da República, a Lei-quadro das Fundações. Disse inclusive que iria haver em Maio, nomeadamente entre aquela e outras, um parecer do Ministério das Finanças. Tal facto não seria impeditivo, mas iria colaborar muito para que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre as questões mencionadas. Na sua opinião, seria estar a duplicar o trabalho e, provavelmente, gerar confusões, uma vez que a Lei-quadro estaria em discussão e prestes a sair.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o seu Grupo Municipal requereu a realização de uma Assembleia extraordinária nos termos do Regimento e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

portanto, considerou despropositada e extemporânea a apreciação sobre o mérito do requerimento do PS. Disse que a abordagem feita entrou por prismas que gostariam de ver esclarecidos, mas com tempo para abordarem todos os assuntos e para terem acesso aos documentos que já foram solicitados anteriormente. Relembrou que o que ali foi dito acerca das leis das Fundações poderia ser muito importante, mas não foi nesse espírito que a tal Comissão foi criada. A referida Comissão foi criada para averiguar as relações entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson e foi naqueles termos que efetuou o requerimento. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse que, mesmo não conhecendo o requerimento, lhe parecia que o carisma estava incompleto e, perante tal, sugeriu que na marcação da reunião extraordinária deveriam ser abordada de forma clara a composição e a própria comissão de acompanhamento, porque a última vez que a mesma reuniu foi no Verão passado. Parecia-lha pouco normal que aquela Assembleia Municipal tivesse criado uma comissão que reunia somente uma vez por estação temporal. Portanto, ou se acabava com a Comissão ou se elegem novos membros, mas não continuar mais naquela situação, a qual era lamentável. -----

No uso da palavra, Luís Testa informou que o PS estava aberto a que na sessão extraordinária a realizar fosse discutido o futuro da referida Comissão. Sugeriu pois que a ordem de trabalhos fosse elaborada em conferência de representantes. -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que era conhecida a posição da CDU sobre a dita Comissão e para a qual não apresentaram nenhum representante. Na sua opinião, estavam ali a inventar relações entre uma Fundação dependente da Câmara e a Câmara; a relação era muito clara: a Câmara gere, juntamente com eleitos e representantes das forças políticas, a Fundação e a Assembleia Municipal tem por obrigação e por competência aprovar as contas da Câmara, nas quais deveriam estar integradas as da Fundação. Relembrou o facto de que Abril é o mês da aprovação das contas e, nessa altura, a Fundação deveria de ter ali, obrigatoriamente, um representante para justificar as contas e a Câmara Municipal a defendê-las. Disse inclusive que gostaria de saber, em concreto, qual a ordem de trabalhos para a suposta reunião extraordinária mas, contudo, estarem a fazer Comissões para alijarem responsabilidades de quem foi ali nomeado para gerir a Fundação, continuava a achar errado e a posição da CDU sempre foi aquela.-----

O Presidente da Mesa informou que a proposta teria de ser passada a escrito e subscrita pelos membros do Partido Socialista e, posteriormente aceite o agendamento, uma vez que estava previsto, regimentalmente, que as sessões extraordinárias pudesse ser convocadas por um terço dos membros daquela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia. Além de que todos os considerandos que ali foram aduzidos, deveriam sê-lo de novo, na referida sessão extraordinária.-----

Solicitando o uso da palavra, João Pina perguntou à Presidente de Câmara se tinha conhecimento de uma notícia veiculada no jornal “Diário de Notícias”, a qual falava sobre: “As terríveis 38”, em que demonstravam quais as 38 Câmaras em risco de colapso financeiro e naquela lista a Câmara Municipal de Portalegre aparecia em 7.º lugar. Obviamente que entendeu a notícia com particular preocupação e, inclusivamente, o artigo informava sobre uma possível rutura de tesouraria, inclusive, para pagamento de vencimentos aos funcionários e casos graves em que se falava no chamado resgate municipal a fazer ao Governo. Perante tal, questionou se, de facto, era mesmo verdade e se os valores de dívida da Câmara lá enumerados eram de cerca de 14 milhões de euros, a muito curto prazo? Pretendeu saber também se a Presidente teria alguma informação respeitante a possíveis alterações à proposta de lei 114, ou se por acaso o deputado Cristóvão Crespo lhe teria passado alguma coisa da Assembleia da República? Ou até mesmo se o que se iria discutir sobre as Freguesias era, no cru, a proposta que foi entregue na Assembleia e se a Câmara Municipal de Portalegre ou a Associação Nacional de Municípios apresentaram algum conjunto de propostas de alteração para aquela proposta de Lei? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara declarou não ter visto aquela notícia no Jornal de Notícias, mas sim noutra jornal e a única coisa em que foi interrogado o Município de Portalegre foi relativamente à dívida que tinham, sobre a qual já estava em curso o saneamento financeiro. O valor era de cerca de 54.000.000,00€ e atualmente estava em 52.700.000,00€. Acrescentou que, efetivamente, não sabia quais os outros critérios considerados para escrever a notícia, nem qual a fonte utilizada. Em relação à proposta, disse estarem à espera para falar com alguns membros para tentar perceber o que é que podiam avançar na mesma.-----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, conforme constava no relatório apresentado, o assunto referente à Central de Camionagem não estaria devidamente esclarecido. Fazendo uma breve cronologia daquilo que tem sido a atividade daquela Assembleia Municipal relacionada com aquele ponto, lembrou que o PS tinha, desde há muito, colocado questões que muito preocupavam a sua bancada, mas que preocupavam também os munícipes. Referiu que no passado mês de junho, na 11.^a sessão daquela Assembleia, colocaram aquela mesma questão ao Executivo e não haviam registos da resposta dada, porque existiram anomalias na gravação das intervenções. No entanto, ficaram a saber que, para além da resolução dos problemas eventualmente existentes na negociação entre o Município e a Rodoviária, existiam também algumas questões técnicas que complicariam o processo. Lembrou que apenas tinha passado cerca de um mês após a inauguração daquele equipamento e no dia 26 de novembro de 2011, na 12.^a sessão, o seu colega de bancada voltou a colocar a questão, no âmbito de um ponto da ordem de trabalhos que fazia referência ao plano de pormenor da Av.^a do Brasil, sendo que aquele ponto, como não dizia diretamente respeito à Central de Camionagem, não chegou a ser discutido, nem se obteve resposta. No dia 26 de dezembro de 2011, novamente o seu colega Luís Testa colocou a questão, preocupando-se com o facto de ali estar um eminente elefante branco sem utilização imediata daquela infra-estrutura, com as devidas consequências do ponto de vista financeiro para o Município. Naquela data, o esclarecimento dado pela Presidente da Câmara foi de que: “Quanto à Central de Camionagem, as negociações tem sido bastante difíceis porque a pessoa que estava à frente da empresa altera as condições frequentemente. Contudo, o assunto já foi levado a reunião de Câmara e estava agendada uma reunião para o início de Janeiro para que, de uma vez por todas, ficasse esclarecido o que se pretende com a Central, pois era muito difícil negociar com alguém que num dia diz uma coisa e que no dia seguinte exige novas contrapartidas.” Disse ainda que no dia 28 de dezembro de 2011 foi publicado no Jornal “Alto Alentejo” uma entrevista com a Presidente da Câmara, em que o jornalista lhe perguntou diretamente porque é que a Central de Camionagem ainda não tinha arrancado? E a resposta dada foi a seguinte: “Ainda estamos a acertar detalhes com a Rodoviária. Neste momento, já estamos em condições de levar a reunião de Câmara e conseqüentemente à Assembleia Municipal. Penso que, no início do próximo ano, o serviço entrará em funcionamento.”. No entanto, passado um mês, eis quando veio aquilo que poderia ser chamado um desmentido, relativamente à entrevista que a Presidente deu, em que a Rodoviária veio esclarecer que em sequência da notícia publicada no jornal, em 28 de dezembro de 2011, é esclarecido pela Rodoviária do Alentejo, S.A. o seguinte: “ A Rodoviária do Alentejo, S.A. sempre tratou das questões da Central de Camionagem de Portalegre com o anterior Presidente da Câmara com toda a dignidade, ao mais alto nível, através do seu administrador delegado. Assim continuará a tratar com os representantes do Município, não querendo hostilizar ninguém, nem deixar de assumir as suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

responsabilidades. Nunca houve intermediários nem mudança de ideias ou de contrapartidas por parte da Rodoviária do Alentejo. As declarações da atual Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, que constam do Jornal Alto Alentejo de 28 de dezembro de 2011, acreditando que tenham sido proferidas nos termos em que se encontram transcritas, não correspondem ao que efetivamente se tem passado. Até à publicação referida, a atual Presidente da Câmara, nunca reuniu nem marcou nenhuma reunião com o representante legal da Rodoviária do Alentejo. A Rodoviária do Alentejo tem aguardado pacientemente pela solução das questões da Central de Camionagem, entendendo a inércia em que se encontrava tal questão como decorrente da falta de condições económicas e financeiras do próprio Município.”. Portanto, passado todo este tempo, finalmente, no relatório de atividades ali presente, constava uma reunião com a Rodoviária do Alentejo, assunto que esteve omisso nos relatórios anteriores, enquanto a atual Presidente do Município assumiu aquela função. Perante o exposto, referiu que havia muito para esclarecer e, tanto pessoalmente, como membro daquela Assembleia, não gostava de ver uma entidade como a Rodoviária do Alentejo, colocar ali questões como a da viabilidade financeira do Município para justificar, ou não, os avanços e atrasos naquele processo negocial. Disse ainda que, lhe parecia evidente que, tendo a Presidente da Câmara assumido, de certa forma, que haviam negociações e conversas com a Rodoviária, as mesmas nunca tenham constado do relatório de atividades da Câmara, a não ser naquele relatório ali presente. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, de facto, tudo o que disse o membro Miguel Monteiro era pura verdade, excepto a questão que dizia respeito à notícia do jornal da Rodoviária do Alentejo, porque desde que tomou posse, no dia 27 de junho, começaram-se a tomar diligências no sentido de contactar a Rodoviária. Aquelas reuniões existiram, houve troca de mails e disse poder comprovar tais afirmações e, aliás, em reuniões de Câmara deu sempre conta de tudo o que foi acontecendo, não diretamente com o administrador delegado, mas sim com o Dr. Henrique Tomatas. Referiu ter pensado que, nas reuniões tidas, o mesmo estivesse perfeitamente mandatado pela Rodoviária do Alentejo, além de que não lhe passaria pela ideia que tal pessoa viesse à Câmara e não tivesse por trás o administrador delegado. Portanto, todo aquele tempo decorrido, com troca de e-mails, com todas as reuniões com o Vereador, não a levou a crer que o Dr. Henrique Tomatas não fosse, da parte do administrador delegado, reconhecido como sendo representante da Rodoviária do Alentejo. Acrescentou que, aquando da última reunião da Assembleia, ficou marcada uma reunião para dia 08 de Janeiro, à qual o dito delegado não compareceu, pois achava que lhe era devido um pedido de desculpas, por nunca ter havido qualquer reunião com o próprio, que considerava que só com ele é que deveriam ter lugar as reuniões. Disse, inclusive, que convocou uma reunião, no dia 13 de fevereiro, com o dito administrador, o qual, na presença do Dr. Tomatas e de dois Vereadores do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Município, iniciou as suas declarações dizendo que não reconhecia qualquer reunião que tivesse ocorrido anteriormente, com qualquer um dos que ali estavam presentes. Entretanto, encetou a conversa com o administrador, na tentativa de perceber qual a negociação viável e o mesmo informou não haver negociação possível se a Central não tivesse oficina, porque entendia que o facto de se passar para lá, seria mais um gasto acrescido, pois as oficinas ao continuar onde estavam, os autocarros teriam de se deslocar para o outro lado, o que perfazia cerca de 5000 € por mês, o que seria ruinoso para a Rodoviária. Em conclusão, eles só passariam para a Rodoviária, gratuitamente, se a Câmara pagasse as despesas da água, luz e limpeza. Evidentemente que, perante tais condições, o que aconteceu foi que a Câmara contactou o IMTT e foi dito pelos mesmos que poderia ser aberto um concurso nacional e/ou internacional para o efeito. Na sua opinião, deveria ser o único caminho a seguir porque, efetivamente, não deveriam ficar “presos” à Rodoviária. Por fim, lamentou que tivessem reunido e, no final de contas, o que o administrador concluiu foi que não punha de parte uma negociação com a Câmara Municipal quando vendessem o espaço, para depois passarem para o outro, mas com as respetivas oficinas, para as quais a Câmara não teria hipótese de suportar. -----

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro disse ter ficado confuso com a resposta dada pela atual Presidente da Câmara, na medida em que todos teriam conhecimento de como é que aquele processo tinha começado. Referiu que, por várias vezes, foi transmitido àquela Assembleia Municipal e a todos os munícipes que tinha sido feita uma negociação prévia entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Rodoviária do Alto Alentejo para a construção daquele espaço, em que tudo estava definido e aprovado. Além de que só naqueles termos é que se avançaria com a obra. Portanto, mais do que nunca, deviam ser claros nas declarações proferidas, porque se aquilo que a Presidente acabou de dizer era verdade, então alguém andou a mentir, ali naquela Assembleia, durante alguns anos. Porque lhes transmitiram que tudo aquilo estava negociado e resolvido. Assim como foi dito que, logo que a obra estivesse pronta, haveria uma transferência da Rodoviária do Alto Alentejo para aquele espaço. Disse inclusive que, como cidadão, por diversas vezes verificou “in loco” várias reuniões entre técnicos e Vereadores da Câmara e técnicos da Rodoviária a definirem quais eram as boxes e tudo o mais lá construído. Contudo, eram agora confrontados com uma informação daquelas, por parte do Executivo, à Assembleia Municipal. Assim sendo, deveriam apurar as responsabilidades face àquela obra, o mais rapidamente possível. Até porque considerava que a mesma até já estaria “meio enfeitada”. No entanto, disse concordar com uma coisa que foi feita, que era o funcionamento da Sede da Junta de Freguesia de São Lourenço naquele edifício e que, também ali a Câmara Municipal de Portalegre deveria ter projetado melhor, de forma a terem recebido participações e, no entanto, tal hipótese não foi ponderada. Concluiu deixando o desafio à Presidente de Câmara para ali chamar alguém



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que tivesse responsabilidade para esclarecer melhor a questão à Assembleia Municipal. -----

O membro António Baptista solicitou um ponto de Ordem à Mesa, e disse que, foi aprovado um Regimento em Conferência de Representantes, na qual se tinha definido o tempo que as discussões iriam ter e, os tempos teriam de ser cumpridos. A última conferência estabeleceu que os tempos seriam de 3 minutos para todos os pontos. Nesse sentido, apelou ao Presidente da Mesa que fossem cumpridas as regras definidas. -----

No uso da palavra, António Biscainho, afirmou ter tido muita responsabilidade no processo em questão e cumpria-lhe esclarecer a Assembleia. Começando pelo fim, lembrou que, efetivamente, tinha sido ponderada a hipótese de financiamento para a Junta de Freguesia. Contudo, não foi possível obtê-lo, porque a Junta de S. Lourenço, tal como a maior parte das Freguesias, tinham tido financiamentos da DGAL nos últimos dez anos para a construção das suas sedes. Em relação à história da Rodoviária disse que, logo em 2002 se tinha colocado a questão da Central de Camionagem, a qual já vinha sendo falada desde o princípio dos anos 80 e em que existia um projeto aprovado pela Câmara Municipal de Portalegre e chumbado pela Direção Geral dos Transportes Terrestres, que colocavam a mesma ao lado do atual Quartel dos Bombeiros. Entretanto, no ano de 2002, e com as obras que estavam previstos e com os projetos do POLIS, uma das primeiras situações colocada em cima da mesa foi a construção do parque de estacionamento na atual estação da Rodoviária e, para tal, realizou-se uma reunião com a Rodoviária, no sentido de aferir até que ponto havia necessidade e disponibilidade para ser construída uma nova Central de Camionagem. Naquela reunião, em que esteve presente Curvo de Deus, administrador delegado da Rodoviária e o Eng.º Mauro, técnico responsável pela gestão e operação, foi obtida a anuência de que havia toda a conveniência na construção da nova Central, até porque a antiga já não respeitava uma série de condições e também o facto de que, desde que a Rodoviária não tivesse custos com pagamentos de rendas, estariam abertos a poder efetuar a respetiva transferência para o novo local. Naquela mesma reunião, foi dito que estavam perante uma estação que não incluía a Base Operacional Logística (BOL), a qual teria de ser construída noutra local; tendo sido apontada a Zona Industrial para o efeito; situação que a Rodoviária recusou terminantemente, pelos custos que iria implicar em termos de deslocações. Disse, inclusive, que apresentaram alguns dias depois uma proposta para uma eventual venda do edifício da Rodoviária, a título de uma eventual existência de verbas do POLIS, que permitissem efetuar a aquisição do mesmo, o que não se veio a confirmar. Posteriormente, a sociedade POLIS avançou com o projeto para o parque de estacionamento, o qual não teve concretização por falta de verbas e, entretanto, a Câmara avançou com o projeto da Central de Camionagem, após a apresentação de três localizações possíveis para a mesma. Acrescentou que a localização que veio a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

escolhida foi aprovada pelo IMTT e pela Rodoviária Nacional e, naturalmente, aprovada pela Câmara, por unanimidade, na altura do primeiro mandato de Mata Cáceres. Entretanto o projeto foi elaborado e teve sempre o acompanhamento da Rodoviária, assim como existiam documentos escritos pela Rodoviária a proporem alterações ao mesmo e não foram colocadas objeções pela Câmara Municipal de Portalegre. Referiu ainda que, quanto à questão da Base Operacional Logística, e uma vez que a Rodoviária tinha recusado a sua construção na Zona Industrial, procurou-se uma alternativa que fosse na vizinhança da referida Central e, perante tal, apresentou-se uma candidatura, em conjunto com os interessados, a ponte da Piscina Municipal. No entanto, a mesma acabou por ser anulada por falta de disponibilidade financeira para a sua concretização. Posteriormente, por altura do mês de dezembro de 2010, realizou-se uma reunião entre o Presidente da Câmara, o Eng.º Ferreira, ele próprio e os representantes da Rodoviária, para se definir a utilização da estação que estava na sua fase de conclusão; naquela mesma reunião ficou certo que a Rodoviária se mudaria para as novas instalações, a título gratuito ou com uma renda simbólica e cedendo ao município a parte superior da atual estação para se instalar, de forma mais ou menos provisória, o Banco Alimentar Contra a Fome. Mais referiu que o responsável da Rodoviária (Curvo de Deus) mandou para o Gabinete Jurídico da Câmara uma proposta de protocolo, semelhante com o exemplo ocorrido em Vendas Novas, para que as condições fossem idênticas, mas não falou nem em gás, nem em luz, etc. Seria, portanto, uma permuta de utilização. Em relação às questões da BOL, acordou-se que Rodoviária ficaria a utilizar a parte inferior da atual Central, até haver outra solução e foi ainda levantada outra questão, por parte da Rodoviária, referente ao abastecimento do gasóleo, uma vez que a bomba existente transgride as normas em vigor e, portanto, desejariam uma nova bomba na nova estação. Perante tal, efetuaram uma ida à estação para localizar a bomba e, em reuniões ocorridas, determinou-se o local para a mesma. Em conclusão, ficou a Rodoviária de fazer a instalação da dita bomba, conforme se tinham comprometido e, desde então, o que se tem vindo a passar tem sido uma constante mudança de posição por parte dos mesmos. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse ser extraordinária a introdução de tantos dados novos acerca daquele assunto e o que de facto acontecia era que ficaram estarecidos com o rol de explicações ali dado. Portanto, o que lhes aprazia registar era que, após os pedidos de esclarecimentos solicitados pelo seu camarada Miguel Monteiro, sobre um período temporal entre duas reuniões daquela Assembleia, não ficaram explicados cabalmente os assuntos levantados, além do facto de terem ido buscar justificações inacreditáveis para tal. Portanto e face ao exposto, a questão redundava na conceção básica do projeto da nova estação de camionagem. Porque o que importava à população de Portalegre era o facto de saberem que aquela localização não era a correta, as infra-estruturas não eram adequadas e o método idealizado para fornecer transportes coletivos rodoviários aos utentes também não eram os ideais. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conclusão, o que tinham era uma multiplicidade de lugares de estacionamento de autocarros entrevada entre dois cruzamentos apertados, em que existia um edifício à frente, do qual metade era uma gare e a outra uma junta de Freguesia, assim como, também não havia uma negociação prévia e lógica entre operadores rodoviários e o Município para a construção. Na sua opinião, logo desde o início, que seria difícil construir um equipamento daqueles, sem que estivesse totalmente garantida a tal Base Operacional logística (BOL) e, efetivamente não esteve nem está. Mais disse que ficava incrédulo que se tivesse feito um investimento daquela natureza e não se garantisse a intermodalidade de todos os transportes e nem estivesse prevista a correlação entre o transporte urbano e o inter-urbano. Referiu também que, como seria de esperar, a existir uma paragem de táxis ali, a mesma será desconfortável, porque fica localizada nos lugares fronteiros à própria estação rodoviária. Por fim, disse que não esperava da parte da Presidente de Câmara a constatação de que o único operador daquela área, a Sul do Tejo, não visse com “bons olhos” a operacionalidade da estação em causa; esperava sim uma solução para viabilizar o equipamento, como por exemplo a Câmara lançar um concurso para tal. Contudo, se houvesse interesse de qualquer outro operador, quer nacional, quer internacional, o que menos fazia falta era a existência de um equipamento daquele género. Relembrou que, noutros tempos, já houve outro operador, denominado SolExpresso e o que aconteceu foi que também aquele se foi embora de Portalegre. Portanto, a realidade era que não existia, objetivamente, um operador interessado em operar, de imediato, nas carreiras inter-urbanas. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que o local em causa foi escolhido pela Rodoviária entre as quatro hipóteses existentes na altura. Assim como todo o processo foi acompanhado pelos responsáveis da empresa e o próprio IMTT aprovou. Portanto, o local não foi imposto pela Câmara Municipal de Portalegre. -----

Usando da palavra, António Chaparro chamou a atenção aos presentes para o facto de ter existido um projeto diferente, previamente aprovado, o qual denominaram de ante-projeto. -----

Novamente no uso da palavra, António Biscainho disse que, obviamente, houve um estudo para aquela zona, assim como a possibilidade de quatro localizações, mas a atual foi a que aprovaram, por unanimidade, na reunião de Câmara, conforme poderia ser verificado na ata respetiva. Mais referiu que a empresa que fez o estudo prévio apresentou quatro localizações e depois dos pareceres favoráveis, por escrito, da Rodoviária Nacional e do IMTT veio a optar-se pela zona onde está atualmente construída. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que aquele assunto provava que, infelizmente, teriam de marcar mais Assembleias Extraordinárias para discutir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

outras matérias. Centrando-se na questão e no espaço temporal que usou para fazer a intervenção anterior, referiu que o caso era muito mais grave do que aquilo que pensava. Pois, veio-se ali a descobrir que, durante aquele espaço temporal, o Município reuniu com alguém que, pelos vistos, não tinha legitimidade da Rodoviária para negociar a referida questão. Na sua opinião, tais factos já passavam do mero amadorismo para a pura irresponsabilidade. --

O Presidente da Mesa informou que aquele tempo de discussão estava esgotado. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista chamou a atenção à Presidente de Câmara para uma questão que o preocupava bastante. Como todos sabiam, viviam-se tempos de crise e de elevada e acentuada pobreza; muitas famílias, principalmente as que tinham mais idosos ou crianças, estavam a deparar-se com situações verdadeiramente dramáticas; em autarquias como a de Portalegre, o papel que a Câmara poderia ter para auxiliar aquelas pessoas era essencial. Referiu que, não seria unicamente pelo facto de se dar dinheiro ou gastar mais meios de apoio, mas sim racionalizando os meios disponíveis e apostar nas sinergias com IPSS's, para assim se chegar aos mais necessitados. Disse inclusive que uma das medidas que constava do programa de emergência nacional, já anunciado pelo Governo, era o combate ao desperdício alimentar, em que a autarquia podiam ter um papel essencial fornecendo as sinergias nos transportes para dar o apoio que faltava aos restaurantes e às grandes superfícies. Perante tal, questionou a Presidente sobre quais as medidas que a autarquia estaria a pensar implementar para ajudar os munícipes mais necessitados? -----

A Presidente da Câmara informou, ainda relativamente às propostas da Central de Camionagem, que existiam, efetivamente, cinco propostas e não quatro e que em 2004 foi aprovado em reunião, por unanimidade, a localização atual da Rodoviária, em concordância com a empresa e o IMTT. Quanto à questão dos apoios, disse que a Câmara já há algum tempo atrás que tem um protocolo com quase todos os espaços comerciais (hipermercados) da Cidade. Todos têm participado, levando para a loja social não só os frescos, bem como comida já confeccionada. Existia também um programa, ao qual a Câmara Municipal de Portalegre aderiu, denominado "Alimentação Direta", e ao qual aderiram vários restaurantes. Naquele programa, a comida que sobrava das cozinhas dos restaurantes, era enviada diretamente e diariamente para a loja social e era distribuído a várias pessoas, assinaladas como carenciadas. Tais situações eram feitas sem implicar muitos gastos porque existia solidariedade dos estabelecimentos atrás citados. Obviamente que também existia protocolo com as IPSS's e, embora não fosse muito divulgada, a resposta dada era eficaz. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, António Chaparro solicitou à Presidente da Câmara que, na próxima reunião, apresentasse na íntegra, a todos os membros daquela Assembleia, o processo de candidatura da Central de Camionagem, de forma a que todos tivessem conhecimento fidedigno daquilo que se passou. Também disse que se recordava dos cinco locais propostos na altura, sem o conhecimento do Executivo Municipal. Portanto, deveriam ser indicados, em concreto, aqueles locais e, por exclusão de partes, perante tudo o que foi proposto, possivelmente um deles seria o melhor. Recordou ainda que, uma das localizações propostas, ainda no mandato de Amílcar Santos, com pareceres técnicos favoráveis do IMTT e cabimentada para financiamento através do espaço da União Europeia e ainda com voto favorável dos Vereadores da oposição. -----

Novamente no uso da palavra, António Biscainho informou que a Rodoviária arrastou assim a situação até à presente data porque queria a concessão dos transportes públicos urbanos. -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que, perante o que ouviu das declarações anteriores, a única pergunta que pretendia colocar era: o que é que correu mal e quem era o responsável? Uma vez que no dia em que a Central foi inaugurada não pode ser utilizada, porque é que um equipamento que custou mais um milhão e meio de euros estava parado? Aparentemente não existiam motivos para que corresse mal, já que estava tudo acordado. Voltou a referir que a obra era um grave erro de planeamento urbanístico, com o qual não concordavam. Quanto à questão que o membro do PP pôs, disse preferir que em vez de andarem a arranjar medidas para acabarem com a fome, acabassem de vez com as medidas de empobrecimento que estavam a ser levadas a cabo pelo Governo e colocou a questão: até quando aquelas medidas, já que muitas vezes se levantavam contra?-----

2 – Acta n.º 14 relativa à 13.ª sessão ordinária, realizada em 26.12.2011;

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada. -

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 abstenções, em 26 presentes, aprovar a ata em causa. -----

3 – Manuel Panaças Carriças –Lote n.º 323 da Zona Industrial para averbar em nome da empresa M.P.C. – Máquinas e Acessórios, Unip., Ld.ª ;

- Deliberação de 2012.01.09 -

Presente informação n.º 4944 da Divisão de Gestão Financeira/Serviço de Património, de 26 de outubro de 2011, emitida na sequência do pedido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apresentado por Manuel Panaças Carricas, a solicitar a transferência de titularidade do lote de terreno n.º 323, na Zona Industrial de Portalegre, para nome da empresa sua representada MPC – Máquinas e Acessórios, Unip. Lda. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ao abrigo do art.º 9.º do Regulamento de Venda de Lotes da Zona Industrial autorizar a referida cedência/transferência de titularidade.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de titularidade do lote em causa. -----

4 – Proposta de alteração aos critérios de ponderação constantes no Regulamento para Concessão de Apoios a Atividades de Interesse Municipal;
- Deliberação de 2012.01.06 -

Presente informação n.º 357, de 23 de janeiro de 2012, do Departamento dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto, Cultura e Turismo, de que não foram apresentadas sugestões à proposta de alteração aos critérios de ponderação constantes no Regulamento para Concessão de Apoios a Actividades de Interesses Municipal, dentro do prazo para apreciação pública e audiência dos interessados. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, deferir a proposta. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau, relativamente ao documento em apreciação, disse que tinha sido criado um grupo de trabalho que “partiu a primeira pedra” sobre o mesmo. Depois de muitas sugestões feitas e aceites, considerou que continuava a enfermar de alguma injustiça, no que se referia ao ponto 4. Segundo a sua ótica, o mesmo documento não conseguia avaliar devidamente a qualidade dos projetos que eram implementados pelo movimento associativo, fosse ele qual fosse. No que se referia à alínea a) e quanto aos critérios atribuídos e à média de participantes, achava que quando se dizia que menos de 5 participantes tinham menos de um ponto e mais de 20 tinham 5 pontos, tal facto poderia por em comparação uma injustiça, em termos de exemplo, daquela natureza. Deu o exemplo de um monólogo, em que existia apenas uma pessoa no palco, mas que podia ser de qualidade máxima e, em contrapartida, um espetáculo paupérrimo que tenha 50 participantes no palco; logo, feitas as contas, o primeiro levaria 1 ponto e o segundo 5. Acrescentou que tal questão foi bastante discutida em reuniões de trabalho e era um problema de avaliação inexata e que obrigava a algum conhecimento prático que ia para além das regras matemáticas, mas que num documento como aquele faria todo o sentido se fosse tido em consideração. Referiu inclusive que ela própria tinha feito parte do dito grupo de trabalho e que muitas das sugestões feitas pelos participantes estavam ali contidas mas, no entanto, o aspeto que referiu continuava por avaliar. Disse ainda que no ponto 3 onde era mencionado que: “Não são contabilizadas as receitas resultantes da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

exploração do bar.”, também configurava alguma discriminação negativa, relativamente a associações que não tinham sede social e que, por tal razão, se viam com dificuldades significativas e a funcionar com a solidariedade de outras associações e que, daquele modo, também seria prejudicadas. Assim como em associações que também tinham sedes mas sem condições físicas para ter aquele tipo de angariação de receitas. Em conclusão, e sem colocar em causa o documento em questão, parecia-lhe que aqueles dois aspetos deveriam ser considerados, de forma a torná-lo, francamente, mais justo.-----

Usando da palavra, Luís Testa disse que, relativamente àquele género de documentos, compreendia perfeitamente as preocupações vertidas na intervenção da Fernanda Bacalhau, pela simples razão de que quando se pretende, de forma minuciosa, elencar as medidas concretas do apoio a prestar à realização de um evento ou de determinada atividade, podiam estar a incorrer em algumas injustiças. Como era óbvio, não se podiam utilizar os recursos públicos para apoiar aquilo que não necessita de ser apoiado, embora se soubesse que o que não necessitava de ser apoiado tinha, naquele ponto de vista, uma maior pontuação do que aquilo que precisaria de ser apoiado. No seu ponto de vista, o poder político não tinha que olhar a critérios numerológicos e o pior era o facto de que, ao abrigo daquela invenção extraordinariamente transparente a que estavam obrigados, existia uma desresponsabilização do poder político, uma vez que o mesmo quando governava tinha de fazer opções e responder perante as mesmas. Já que existiam regulamentos que regulamentam tudo, o poder político ficava desresponsabilizado, porque a resposta mais fácil será sempre: Não pode ser contemplado; O regulamento não o permite; Ou porque a aritmética constante do regulamento excedia a responsabilidade de se apoiar ou de se incentivar aquela atividade. Portanto, referiu já ter sido mais adepto daquela modalidade minuciosa e exaustiva, acrescentando que os políticos eram eleitos para fazer opções e para responder perante as mesmas. Quando o poder decidia apoiar ou não determinado evento deveria responder perante tal, sem se refugiar na existência de um qualquer regulamento. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista disse, em primeiro lugar, que concordava com as palavras do membro Luís Testa e que era, por princípio, contra um regulamento para a concessão de apoios a atividades de interesse municipal, pois entendia que tal deveria ficar na única análise de quem o concebia, ou seja, na análise máxima do Presidente de Câmara. Referiu que quando se regulamenta sobre regulamentos e quando se criam demasiados, acabava-se por entrar numa hecatombe dos mesmos e, posteriormente, para interpretar o que querera dizer o n.º 4 e, em caso de empate entre o n.º 4 e o n.º 5, o que se decidirá e nunca mais se acaba. Por outro lado, quando se atribuía à pessoa em causa o poder para se decidir individualmente e subjetivamente a quem é que era atribuído, ou não, o subsídio, então sim o apoio seria mais salutar, porque se sabia qual a linha política a seguir, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

termos de cultura. Acrescentou que existiam áreas culturais a serem apoiadas mas que deveriam ser analisadas individualmente e ficarem ao poder de quem concede o apoio. Disse ainda confiar mais numa análise pessoal, sem aquele regulamento, do que numa análise com aquele regulamento, porque mais tarde, em termos políticos, o titular do cargo vai sempre responder. Portanto, iria votar contra, não por ser aquele regulamento, mas por entender que naquela área não tinha que haver um. -----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que, naturalmente, estavam ali pontos de vista díspares e em contraposição. Obviamente era necessário haver um conjunto de regras com um princípio de justiça subjacentes, porque se ficava alguém a fazer uma avaliação subjetiva, ficar-se-ia sem o arbítrio pessoal, o que achava não ser sensato, nem transparente. Muito foi discutido, efetivamente, na avaliação subjetiva que era necessária para que aquele conjunto de regras fossem do conhecimento de todos aqueles que precisam de se candidatar ou que tinham atividades em perspectiva, que se candidatavam e enquadravam no conjunto das atividades de interesse municipal, ou melhor, consideradas de interesse público para a comunidade e, portanto, fazia sentido a existência de um conjunto de regras explícitas e do conhecimento de todos. Disse também que o grupo de trabalho que discutiu aquelas regras fê-lo com o objetivo que referiu e fazia todo o sentido que o procedimento fosse o mais justo possível. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse que o PS partilhava da opinião de que deveria haver um conjunto básico de regras, porque ajudaria à convivência sã. No entanto, não podiam correr o risco de a política traçada no Município de Portalegre fosse dirigida pelos chefes de divisão, pelos diretores de departamento ou pelos funcionários de maior responsabilidade. A política cultural do Município teria de ser dirigida e assumida pelos responsáveis políticos e tinha de se basear nos programas eleitorais. Aquele era pois o princípio elementar da democracia. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara lembrou que o facto de existir um regulamento tinha a ver com a transparência e o pedido das próprias associações e concordava com a existência do mesmo, para que não ficasse ao livre arbítrio de cada um. Além de que as pessoas deveriam saber, efetivamente, qual era o seu objetivo e que os critérios não poderiam ser mudados constantemente. Por outro lado, disse não ver porque é que o regulamento tinha a ver com estratégia política, uma vez que o regulamento era uma coisa e a estratégia era outra e podia haver estratégia política em termos culturais que não colide com aquela questão. Relativamente ao ponto 4, disse que, de facto, também teve dúvidas, mas também não seria por ali que se avaliava a qualidade, porque o que se avaliava era o número de participantes, eram conceitos completamente diferentes. Mais disse que a qualidade era um conceito muito difícil de definir, pois existiam vários conceitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de qualidade. Quanto à estratégia política, disse que era efetivamente do eleito, das pessoas que estavam à frente e, atualmente, a estratégia política da Câmara era de que fossem as associações a tomarem iniciativas em conjunto com a Câmara, nos eventos da Cidade. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que lhe tinha sido respondida uma questão, a qual ele não tinha referenciado, porque o que referiu anteriormente foi que aquilo que tinha muito público não precisava de ser apoiado, uma vez que o evento em si era capaz de gerar um retorno. Mais disse que a questão colocada pela Presidente tinha de ser respondida, porque quando a mesma mencionou o facto de que "...a presente estratégia da Câmara era colocar as associações a contribuírem para o aumento da cultura no Concelho de Portalegre", lembrou que só agora é que tal acontecia, porque a Câmara vivia com condicionalismos financeiros gravíssimos. Porque enquanto houve dinheiro para a "tripa-fôrra" até veio cá o Júlio Iglésias. -----

Novamente no uso da palavra a Presidente informou que o que se pretendia era dar visibilidade e voz às associações e acarinhá-las, pois entendiam que eram merecedoras de tal. Mais informou que no dia 26 de Maio talvez se deliciassem com um concerto da Oparte, ao ar livre, o qual iria ser oferecido à cidade de Portalegre pela Câmara Municipal, provavelmente com mais alguém.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 2 abstenções, em 28 presenças, aprovar a proposta de alteração em causa. -----

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:

1 - Projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água a Portalegre;

- Deliberação de 2012.02.20 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, de 15 de fevereiro, a remeter o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água a Portalegre. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto atrás referido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2 - Conselho Municipal de Cultura de Portalegre;

- Deliberação de 2012.02.20 –

Presente informação n.º 5441, de 23 de novembro de 2011, do Departamento dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto, Cultura e Turismo, com proposta de projeto de Normas de Funcionamento da Plataforma Cultural do Concelho de Portalegre. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fazer as alterações ao projeto apresentadas pelos Vereadores, nomeadamente o órgão ser presidido pela Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, com possibilidade de delegação num Vereador; a criação de um órgão executivo que reúna mais que uma vez por ano; alterar o nome do órgão da Plataforma para Conselho e que faça parte do Conselho o IPP, entre outras propostas no texto das Normas. -----

Usando da palavra, Luís Testa referiu que aquele documento já era a segunda vez que ali estava e, provavelmente, teria de ir uma terceira vez porque, na sua opinião, não tinham capacidade para propor alterações ao regulamento. Talvez, de acordo com a nova lei das autarquias locais, possam ter capacidade para tal. Chamou a atenção para o art.º 9.º do regulamento, na parte que mencionava a perda de mandato, para o seguinte: “Perdem o mandato os membros que faltem, injustificadamente, a duas reuniões consecutivas.”; no ponto 2, onde dizia: “O Presidente solicitará às entidades representadas, após deliberação do conselho dos membros, que perderem o mandato.”, perante tal, questionou qual o significado daquilo. -----

A Presidente de Câmara informou que faltava a palavra “substituição” naquela frase. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa apontou também o art.º 17.º, onde se lia: “Registo na ata do voto vencido.”, o que considerou ser uma redundância jurídica, porque refletia exhaustivamente que os membros do concelho podiam fazer constar da ata o seu voto vencido e as razões que o justifiquem; perguntou se tal facto não era lógico que assim acontecesse? Relembrou que quando existiam regulamentos, obviamente que tinham que se subordinar à existência de uma lei e, portanto, era uma redundância estar a colocar-se aquilo que era um imperativo legal nos regulamentos. Ainda relativamente ao art.º 19.º, onde dizia: “...dos membros da plataforma.” Perguntou se não tinham concordado em retirar a terminologia “plataforma” e para se colocar “conselho municipal” em pé de igualdade com os restantes conselhos municipais? Propôs que o regulamento fosse retirado para, de uma vez por todas, ser corrigido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa solicitou que fossem votadas as alterações propostas.

A Presidente da Câmara disse que seriam as mesmas tidas em conta e no n.º 2, do art.º 9.º passaria a constar: “O Presidente solicitará às entidades representadas, após deliberação do conselho, a *substituição* dos membros que perderem o mandato.”. Quanto às outras pequenas alterações também seriam tidas em consideração.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar o documento.-----

3 - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Portalegre – Para conhecimento;

- Deliberação de 2012.02.20 –

Presente informação n.º 8, de 16 de fevereiro de 2012, da Divisão de Proteção Civil e defesa da Floresta a remeter o “Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Portalegre.

Aprovação em Minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Acta. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

O membro João Pina pretendeu colocar um *ponto de ordem* à Mesa, e recomendou que, numa próxima conferência de representantes, se fizesse o cumprimento integral do regimento da Assembleia Municipal, na parte onde dizia que: “ Os tempos a fixar para os grupos parlamentares têm que respeitar a proporcionalidade.” Porque achou que o seu grupo parlamentar tinha ali ficado prejudicado com o tempo que lhe foi concedido naquela sessão.-----

FALTAS:

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redação, a mesa da Assembleia Municipal marcou falta a Luís Manuel Madeira Pargana.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 15.^a Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23.00 h, do dia 28 de fevereiro do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.